

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Vagas são de nível superior para 11 especialidades

Câmara anuncia concurso público com mais de 150 vagas

A Câmara dos Deputados anunciou um novo concurso público com mais de 150 vagas de nível superior para 11 especialidades da carreira de analista legislativo. O terceiro edital autorizado pela Mesa Diretora em 2025 deve ser publicado ainda em setembro. A banca responsável será o Cebraspe e os salários iniciais podem chegar a R\$ 30,8 mil. As oportunidades serão para Comunicação Social, nas áreas de Jornalismo, Relações Públicas e Divulgação Institucional; Arquivologia; Biblioteconomia; Engenharias Civil, Elétrica, Eletrônica/Telecomunicações e Mecânica; Museologia; além de Registro e Redação. As provas serão realizadas nas 26 capitais estaduais e no Distrito Federal. O cronograma de inscrições, as datas das avaliações e os conteúdos específicos ainda estão sendo definidos pela Câmara e pela banca organizadora. O edital também deverá detalhar a distribuição das vagas entre as especialidades e os requisitos exigidos para cada cargo.

Detran-SP abre concurso com 145 vagas

O Detran-SP abriu concurso público com 145 vagas para agente estadual de trânsito. O cargo exige nível superior, tem jornada de 40 horas semanais e salário de R\$ 5.702,18. As inscrições seguem até 7 de outubro, pelo Instituto Avalia, com taxa de R\$ 98. A seleção terá provas objetiva e discursiva em 1º de novembro. Os aprovados serão contratados pelo regime CLT e deverão realizar curso de formação profissional de até três meses. O resultado final do concurso está previsto para ser divulgado em 15 de janeiro de 2027.

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP



Aprovados serão contratados pelo regime CLT

Sindicatos enviam perguntas a presidenciais

A Condsef/Fenadsef enviou aos principais candidatos à Presidência uma carta com 23 perguntas sobre servidores e empregados públicos federais e serviços públicos. O documento pede que os presidenciais respondam se são favoráveis ou contrários a cada proposta. Entre os temas estão valorização de salários e benefícios, negociação coletiva, reformas da Previdência e Trabalhista, redução da jornada, pisos da saúde e educação, combate ao crime organizado e direitos das pessoas com deficiência. As respostas serão analisadas e divulgadas pela entidade.

Parado PL que permite servidor atuar como MEI

Segue parado na Câmara o projeto que permite a servidores públicos atuar como microempreendedores individuais (MEI). De autoria do deputado Nicoletti (PL-RR), o PLP 191/2026 prevê a possibilidade para servidores da União, estados, DF e municípios, desde que haja compatibilidade de horários e ausência de conflito de interesses. A regulamentação caberá ao ente federativo de origem do servidor.

Servidor em Nova York I

O Ministério da Integração autorizou a viagem do servidor Ricardo do Amaral Branco a Nova York, entre 19 e 23 de setembro, para representar o Brasil no Digital@UNGA Awards 2026. Integrante da Defesa Civil, participará da cerimônia e de atividades ligadas à premiação, que destaca inovações digitais sobre a proteção e monitoramento.

Servidor em Nova York II

A missão será custeada pelo governo federal e terá atividades promovidas pela União Internacional de Telecomunicações e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ricardo atua com ferramentas de disseminação de alertas, usadas na prevenção de desastres, e participará de debates com representantes internacionais.

Propina a servidores I

Sindicância do Banco Central encontrou indícios de que dois servidores receberam até R\$ 12 milhões em propinas ligadas ao Banco Master. Paulo Neves teria recebido R\$ 8 milhões, enquanto Belline Santana teria recebido R\$ 4 milhões. Os valores teriam sido ocultados por meio de negócios e contratos com empresas ligadas a aliados do banco.

Propina a servidores II

Paulo Neves alegou ter recebido recursos pela venda de um imóvel a uma empresa ligada ao cunhado de Daniel Vercaro. Belline afirmou que os R\$ 4 milhões foram pagos por consultorias. O BC considerou as justificativas insuficientes e recomendou processo na CGU. Ambos estão afastados e negam irregularidades. A PF também investiga o caso.

Reunião da Funai I

A Fenadsef realiza em 16 de setembro, às 18h30, reunião nacional virtual para servidores da Funai sobre as novas regras do exercício do poder de polícia na Fundação. O encontro será pela plataforma Zoom e terá participação da assessoria jurídica. A reunião discutirá mudanças que afetam a atuação dos servidores nas atividades de fiscalização.

Reunião da Funai II

Entre os temas estão responsabilidades funcionais, capacitação, procedimentos de fiscalização, segurança no trabalho e garantias jurídicas. O encontro permitirá esclarecer dúvidas dos servidores e discutir os impactos da regulamentação nas condições de trabalho e na atuação funcional. O debate reúne diferentes questões relacionadas às novas regras.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Projeto é de autoria do Deputado Estadual Marcos Tavares (PDT/RJ)

Segue parado PL que reconhece tempo de serviço na pandemia

Texto inclui progressões, adicionais e licenças vinculados ao tempo de serviço

Da Redação

Ainda segue aguardando despacho da Mesa Diretora da Câmara o projeto que prevê o reconhecimento do tempo de serviço prestado por servidores públicos durante a pandemia da Covid-19 para fins de progressão na carreira e outros direitos funcionais. Apresentado em 26 de maio pelo deputado Marcos Tavares (PDT-RJ), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 145/2026 alcança servidores civis e militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A proposta cria o Programa de Reconhecimento Funcional do Período da Emergência Sanitária e determina que o intervalo entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 seja considerado como tempo de efetivo exercício. A contagem havia sido suspensa pela Lei Complementar 173/2020, editada durante a crise sanitária.

Alguns entes federativos já adotaram medidas para reconhecer o período e recompor direitos funcionais. A justificativa cita que a Lei Complementar 226/2026 passou a permitir essa recomposição pelos entes. Antes disso, mudanças na legislação já haviam restabelecido a contagem para determinadas categorias das áreas de saúde e segurança pública. O projeto

pretende estabelecer uma regra para todos os servidores.

Pelo texto, o período poderá ser considerado para aquisição de anuênios, biênios, triênios, quinquênios e vantagens equivalentes, além de progressão e promoção na carreira, licença-prêmio, aposentadoria, estabilidade econômica funcional e outros direitos vinculados ao tempo de serviço.

Caso a proposta seja aprovada e sancionada, a administração pública direta e indireta terá até 180 dias para revisar os assentamentos funcionais, averbar o período, reconstituir posições nas carreiras e implantar eventuais diferenças remuneratórias. A revisão deverá ocorrer de ofício, sem necessidade de pedido individual do servidor.

Os efeitos financeiros deverão respeitar a disponibilidade orçamentária de cada ente, os limites constitucionais para despesas com pessoal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Valores retroativos poderão ser pagos administrativamente, inclusive de forma parcelada.

Na justificativa, Tavares afirma que a restrição atingiu servidores que permaneceram em atividade durante a emergência sanitária. O deputado sustenta que a proposta busca uniformizar os procedimentos e reduzir processos judiciais.